

RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.767 - SP (2019/0074453-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : UNIMED DE PRES PRUDENTE COOPERATIVA DE TRABALHO
MEDICO
ADVOGADOS : CLÁUDIA ELISABETE SCHWERZ CAHALI - SP122123
MARCELO ZUCKER E OUTRO(S) - SP307126
NATÁLIA MATSUMOTO RECH - SP315093
RECORRIDO : ANTONIO BONFIM BORGES
ADVOGADO : EDVALDO DE QUEIROZ JUNIOR - SP384770

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE SAÚDE. 1. DEVOLUÇÃO DE VALORES RECOLHIDOS ANTES DE MARÇO/2001. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. 2. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. PRECEDENTE. 3. DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO. TESE DISSOCIADA DO DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DE VIOLAÇÃO/DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 284/STF. 4. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, com fulcro no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pela Quinta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 418):

Agravo de Instrumento - Plano de Saúde - Cumprimento individual de sentença, proferida em ação civil pública, intentada pelo Ministério Público, que declarou a nulidade de cláusula que permitia à ré o aumento abusivo das mensalidades e a condenou à repetição do indébito - Prazo prescricional de 03 anos a ser aplicado à espécie - Tese firmada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso repetitivo - Contagem do prazo que se dá a partir da data em que entrou em vigor o atual Código Civil - Ação civil pública que foi ajuizada no prazo legal - Execuções individuais que se submetem ao prazo quinquenal de prescrição - Entendimento consolidado pela Superior Instância nos autos do REsp 1.273.643/PR julgado sob o rito do artigo 543-C do CPC de 1973 - Prescrição afastada - Data do trânsito em julgado que é aquela devidamente certificada nos autos - Decisão mantida - Agravo desprovido.

Nas razões do recurso especial, a insurgente aponta divergência jurisprudencial e violação aos arts. 206, § 3º, IV, do CC; e 1.040, II, do CPC/2015.

Afirma que a ação de conhecimento prescreveria em 3 (três) anos, razão pela qual deveriam ser excluídos da cobrança os valores recolhidos antes de março/2001.

Sustenta que o prazo de prescrição da pretensão executória também seria trienal, e não quinquenal.

Assevera que, tendo sido fixada, no STJ, por meio do rito repetitivo, a tese de que o prazo prescricional seria trienal, caberia ao Tribunal de origem aplicar o referido entendimento.

Defende que o trânsito em julgado deveria retroagir ao momento em que não é mais possível a interposição do recurso especial.

A recorrente apresentou pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial, o qual foi parcialmente acolhido pela Presidência da Seção de Direito Privado do TJSP para limitar eventual execução provisória de valores aos 3 (três) anos anteriores à propositura da ação, bem como aos montantes pagos a maior no curso da demanda (e-STJ, fls. 642-644).

Não apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 654), o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 655-656), ascendendo os autos a esta Corte Superior.

Brevemente relatado, decido.

No que tange à pretensão de exclusão da cobrança dos valores recolhidos antes de março/2001, verifica-se que a matéria não foi objeto de debate pelo Tribunal de origem.

Assim, revela-se ausente o indispensável prequestionamento, o que inviabiliza o conhecimento da tese recursal nesta instância especial, conforme se extrai dos enunciados n. 282 e 356 da Súmula do STF.

Ilustrativamente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
DECLARATÓRIA DE PRESCRIÇÃO DE COBRANÇA. AÇÃO
ANTERIOR DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.
AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E

356/STF. AÇÃO REVISIONAL. EXCLUSÃO DA MORA DO DEVEDOR. DESCABIMENTO. SÚMULA 380/STJ. INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL DA AÇÃO EXECUTIVA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Fica inviabilizado o conhecimento de tema trazido no recurso especial, mas não debatido e decidido nas instâncias ordinárias, que tampouco foi alvo dos embargos de declaração opostos, para sanar eventual omissão, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Aplicação, por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF.

(...)

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1339926/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 15/02/2019)

Quanto ao prazo prescricional aplicável ao cumprimento individual de sentença coletiva, é importante destacar que a Segunda Seção deste Tribunal sedimentou, mediante o rito dos recursos repetitivos (REsp n. 1.273.643/PR), a seguinte tese (Tema 515): "no âmbito do Direito Privado, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento da execução individual em pedido de cumprimento de sentença proferida em Ação Civil Pública".

No caso em apreço, a Corte local, amparada na mesma convicção supracitada, afastou a prescrição em comento, sob o fundamento de que, transitada em julgado a sentença coletiva em 24/9/2012, o cumprimento individual de sentença foi apresentado em 18/8/2017, antes, portanto, da consumação do prazo quinquenal.

É o que se extrai do seguinte excerto do aresto hostilizado (e-STJ, fls. 426-427):

Com o trânsito em julgado, ocorrido em 24 de setembro de 2012, iniciou-se a contagem do prazo prescricional da pretensão executória.

A esse respeito e muito embora este Relator, em seus votos recentes, viesse referendando, com supedâneo no entendimento há muito tempo assentado pelo Excelso Pretório, de que o prazo de prescrição da pretensão executória é o mesmo da pretensão de direito material ("Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação." Súmula 150), é necessário, a partir deste momento, modificar parcialmente o posicionamento, a fim de adequar a orientação desta E

Câmara ao quanto consolidado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do REsp 1.273.643/PR, cuja ementa segue:

(...)

O cumprimento de sentença foi requerido em 18 de agosto de 2017, donde se conclui que a pretensão executória foi exercitada, no prazo quinquenal.

Desse modo, verifica-se que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia

com a jurisprudência pacífica desta Corte Superior, não merecendo reparos nesse ponto.

Quanto à discussão acerca da data do trânsito em julgado da decisão, observa-se que a recorrente indicou a existência de divergência jurisprudencial e violação ao art. 206, § 3º, IV, do CC.

O referido dispositivo legal, contudo, versa apenas sobre o prazo prescricional trienal da pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa, nada dispondo acerca da data em que se considera a decisão transitada em julgado.

Assim, observa-se que as razões recursais se encontram dissociadas da prescrição contida na legislação federal supostamente ofendida/objeto de divergência, o que revela deficiência de fundamentação, aplicando-se, por analogia, o verbete sumular n. 284/STF.

Sobre o tema, veja-se:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO E IMPLÍCITO. FALTA DE MENÇÃO ACERCA DA MATÉRIA CONTIDA NO DISPOSITIVO LEGAL. NECESSIDADE DE QUESTÃO RESOLVIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. DISPOSITIVO DE LEI COM COMANDO LEGAL DISSOCIADO DAS RAZÕES RECURSAIS. SÚMULA 284 DO STF.

(...)

2. Possuindo o dispositivo de lei indicado como violado comando legal dissociado das razões recursais a ele relacionadas, impossibilitada está a compreensão da controvérsia debatida no processo. Incidência do óbice contido no enunciado 284 da Súmula do STF, por analogia.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1065417/RJ, Rel. Ministro OLINDO MENEZES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/09/2015, DJe 15/09/2015)

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator